

Oposição na Bahia volta a cobrar apuração de grampo

BIAGGIO TALENTO

SALVADOR – O caso do grampo ilegal na Bahia mudou a rotina no Legislativo baiano. As bancadas de oposição compareceram em massa para a sessão de Quarta-feira de Cinzas, que tradicionalmente não se realiza por falta de quórum, para reforçar os pedidos de apuração do escândalo. Na Câmara Municipal, houve discussão e empurra-empurra entre vereadores do PT e do PC do B e seguranças que não permitiram a entrada de um telefone de isopor grampeado que vem sido usado nas manifestações.

Os vereadores pretendiam constranger o prefeito Antonio Imbassahy (PFL), ligado ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), suspeito de ser o mandante dos grampos, na reabertura dos trabalhos legislativos. Nessa sessão somente o prefeito discursa, de acordo com as normas. Os opositores pretendiam entrar na galeria do plenário com o telefone e cartazes lembrando o caso do

grampo, mas foram impedidos por ordem do presidente da Casa, Emerson José (PFL). E ainda tiveram o telefone de isopor confiscado pelos seguranças.

Na Assembléia Legislativa, os deputados foram cobrar a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito do grampo, argumentando que o prazo legal de seis dias após a indicação dos membros da CPI já tinha vencido. O líder do governo, Clóvis Ferraz (PFL), com o regimento da Casa na mão, disse, no entanto, que o prazo é de seis dias úteis e só vence na segunda-feira.

“Nós entendemos que seriam seis dias corridos, mas vamos esperar que o colega cumpra a promessa de instalar a CPI na segunda ou terça”, disse a deputada Moema Gramacho (PT), líder da oposição. Ela afirmou que vai aceitar se o bloco governista, que tem maioria na CPI, eleger, além do presidente, o relator. “Queremos a relatoria, mas não vamos causar empecilho para que comissão comece a funcionar.”